

Imagen do País no exterior fica abalada

Plano inicial do governo em relação à ajuda do FMI provavelmente já foi alterado

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – A rejeição, pelo Congresso, da medida provisória que instituiu a contribuição previdenciária para os inativos do setor público e aumentou a dos ativos minou mais uma vez a credibilidade do Brasil na comunidade financeira no momento em que o País começava a reconquistá-la. Analistas e operadores do mercado disseram que o dano não é irreparável, mas acrescentaram que a decisão dos parlamentares terá um custo, já evidenciado pela forte queda verificada ontem na Bolsa de São Paulo e pelas repercussões negativas que a decisão do Congresso teve no mercado mundial de capitais.

O fato de a ação do legislativo ter acontecido apenas algumas horas depois de a diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) ter aprovado o programa de estabilização fiscal apresentado pelo Brasil realimentou o ceticismo quanto à capacidade política do governo de honrar o compromisso de ajustar as contas públicas, que assumiu perante quatro organizações internacionais e 20 governos, em troca de um crédito de US\$ 41,5 bilhões.

A ação da Câmara dos Deputados contra o programa de ajuste causou desapontamento e alguma apreensão no governo americano e no FMI, que empenharam sua credibilidade na montagem do esquema de apoio internacional ao País, apostando que o pacote será a primeira resposta eficaz à crise financeira global iniciada no ano passado na Ásia, depois de vários fatores.

Essa aposta permanece e foi reafirmada ontem pelo cuidado que altos funcionários tiveram de tratar a frustrante votação em Brasília como um percalço temporário. Na administração Clinton, a rapidez com que o governo brasileiro identificou medidas alternativas provisórias para produzir o resultado fiscal previsto pela MP rejeitada, até que ela seja rerepresentada, em janeiro, preservou a confiança dos interlocutores do Brasil na esfera oficial em Washington em relação à determinação do executivo em seguir adiante com o programa de saneamento fiscal.

“O setor oficial continua completamente engajado no programa brasileiro”, disse Francisco Gros, ex-presidente do Banco Central e atual diretor do banco de investimentos Morgan Stanley para o Brasil. “Mas o setor privado estava e continuará em cima do muro.”

Gros disse que “os investidores continuam extremamente assustados e céticos”. Segundo ele, “por mais que nós brasileiros saibamos que a rejeição dessa medida MP da Previdência é parte de um processo político, que provavelmente se trata apenas de um revés em um processo democrático, ela reforçará as dúvidas dos investidores e a percepção de que o País ganhou tempo mas não está resolvendo seus problemas

fundamentais”.

De imediato, a primeira derrota do programa de ajuste no Congresso complicou o panorama em que o País terá de levar adiante o programa. Um cálculo inicial do governo, de sacar apenas uma parte, talvez não mais da metade dos pouco mais de US\$ 9 bilhões a que o País passou a ter acesso na quarta-feira, no âmbito do acordo com o FMI, provavelmente já foi alterado. Durante a reunião do “board” do FMI, que terminou antes da votação da MP em Brasília, vários diretores falaram sobre a importância de o Brasil fazer uso de uma parte substancial do primeiro desembolso para mostrar que o dinheiro é real, evitando, ao mesmo tempo, passar a sensação de que o País está próximo de um crise.

Segundo fontes bem informadas, o governo brasileiro indicou ao “board”, nas discussões, que poderia sacar 90% da primeira parcela. O efeito negativo da rejeição da MP sobre o fluxo de capitais e reservas provavelmente já transformou essa opção em necessidade.

“A questão fundamental é se o processo político doméstico requererá uma crise para valer para fazer despertar os legisladores ou se será possível tomar medidas prudentes para evitar a crise”, disse William Cline, vice-diretor-gerente do Institute of International Finance. O IIF representa os interesses de grandes bancos comerciais e investidores institucionais e organizou o primeiro encontro do ministro da Fazenda, Pe-

GOVERNO
PRETENDIA
SACAR POUCO
MAIS DA
METADE DOS
US\$ 9 BILHÕES
DISPONÍVEIS

dro Malan, com investidores, no período que ele fez recentemente aos principais centros financeiros para vender o programa brasileiro. “O programa que o Brasil negocia como Fundo é sólido, desde que seja executado”, acrescentou Cline.

A rejeição da MP sobre as contribuições à Previdência não provocará o descarrilamento do acordo, disse ele. “Mas ela introduz um elemento novo de incerteza em uma situação que parecia estar se estabilizando”. De fato, o programa entre o Brasil e o FMI estipula que qualquer dos ingredientes que não passar pelo Congresso terá de ser compensado por cortes ou aumento de arrecadação em outras áreas.

O FMI desmentiu ontem que tenha adiado a liderança da primeira parcela do crédito. “O dinheiro já está disponível e cabe ao Brasil decidir quando e quanto usará”, disse um porta-voz. Mas, segundo Cline, novos vazamentos no cumprimento do programa na forma como ele foi negociado poderiam levar o FMI a rever o cronograma dos desembolsos futuros. Se produzir os resultados fiscais que acertou com o FMI, o governo terá acesso a até US\$ 37 bilhões dos US\$ 41,5 bilhões do crédito, até dezembro de 1999. “A segunda parcela, que é igual à primeira e estará disponível em fevereiro, pode ser antecipada para este mês, se o programa estiver sendo cumprido”, disse Cline.

“Se começarem as dificuldades na execução, meu palpite é que na primeira revisão do programa o FMI tentaria alongar o cronograma dos desembolsos.” Uma modificação como essa subtrairia o caráter inovador e preventivo do programa brasileiro e o equipararia aos programas tradicionais do Fundo.